

informação em rede

 **ação
educativa**
10 ANOS

Boletim mensal sobre educação de jovens e adultos | São Paulo, mar de 2005 | Ano IX Nº 73

Governo federal lança Secretaria, Conselho e programa voltados à juventude

O Presidente Lula anunciou em fevereiro a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude (CNJ) e do programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Mais do que implantar novos projetos, a expectativa é que a nova estrutura consiga integrar as políticas públicas dos diversos órgãos federais. A decisão de implantar uma política nacional de juventude resulta de processos que ocorreram quase simultaneamente: o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) da Juventude, que realizou um diagnóstico dos programas e ações do governo federal; o trabalho do Projeto Juventude, coordenado pelo Instituto Cidadania e desenvolvido por cerca de 40 organizações da sociedade civil; e o relatório da Comissão Especial de Juventude da Câmara dos Deputados. Livia De Tommasi, coordenadora do projeto Redes e Juventudes, que reúne grupos juvenis do Nordeste brasileiro, lembra que o Brasil ainda era um dos poucos países da América Latina sem um órgão nacional voltado a essa população. Iniciativas locais, entretanto, começaram a surgir a partir da década de 90, com a criação de secretarias, coordenadorias e centros de referência da juventude por administrações municipais. Na sua opinião, o fato da SNJ estar subordinada à Secretaria-Geral da Presidência pode facilitar o diálogo com outros ministérios. Levantamento do GTI da Juventude apontou que os jovens são o público-alvo de 50 projetos diferentes e indicou a necessidade de integrá-los sem, no entanto, deslocá-los de órgão. "Precisamos esperar para ver se a Secretaria terá condições de realizar essa tarefa", pondera Livia.

Juarez Dayrell, coordenador do Observatório da Juventude da UFMG, enxerga outro grande desafio: garantir a participação efetiva da sociedade civil e da juventude. "Nossa tradição é a formulação de políticas de cima para baixo. Na área de juventude isso é ainda mais sério, pois muitas vezes os jovens são considerados incapazes". O Conselho Nacional nasce com função de propiciar essa interlocução. A instância deve acolher representação de diversos setores e grupos juvenis para avaliar e definir políticas públicas para a Juventude. O CNJ terá caráter consultivo e seus integrantes serão escolhidos pelo governo federal. Beto Cury, que coordenou os trabalhos do GTI durante 2004, foi escolhido como Secretário Nacional de Juventude. Regina Novaes, professora da UFRJ e especializada em questões da juventude, é a Secretária-adjunta e responsável pela implantação do CNJ.

ProJovem

Junto com a Secretaria e o Conselho, a Medida Provisória assinada pelo Presidente cria o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). A coordenação está a cargo de Maria José Vieira Féres, que chefiou o Setor de Educação da Unesco no Brasil e ocupou a Secretaria de Educação Infantil e Fundamental do MEC entre 2003 e 2004. O novo programa destina-se à população juvenil que mora nas capitais, está fora do mercado de trabalho e que, tendo passado pela 4ª série, não concluiu o ensino fundamental. Os selecionados receberão uma bolsa mensal no valor de R\$ 100 e devem desenvolver ações

sociais em suas comunidades. Estão previstos cursos de elevação de escolaridade para conclusão do ensino fundamental, inclusão digital e qualificação profissional. O governo federal destinou R\$ 311 milhões para atender 200 mil jovens em 2005 e os recursos serão repassados por convênio para as prefeituras.

Plano para juventude

A Comissão Especial da Juventude, instalada em abril de 2003, apresentou as metas do Plano Nacional de Juventude (PL 4530/04), que resultaram de audiências públicas e de conferências estaduais e nacional sobre o tema. Gabriel Medina, do Diretório Central dos Estudantes da Universidade São Marcos (SP), vê problemas na proposta apresentada: "é um relatório desarticulado, uma verdadeira colcha de retalhos das conferências estaduais e nacional". Antes de ser votado no Plenário, o Projeto de Lei – com metas para serem cumpridas em dez anos pela União, Estados, municípios e organizações juvenis – deve ser analisado por comissão especial. 

Principais metas do Plano Nacional de Juventude

- erradicar o analfabetismo da população juvenil em cinco anos
- oferecer bolsas de estudo e financiamento a jovens carentes para ingresso na faculdade
- incentivar o empreendedorismo juvenil
- aumentar a cobertura do programa federal Primeiro Emprego
- promover atividades preventivas na área da saúde
- incentivar projetos culturais produzidos por jovens



Os desafios das políticas para a juventude

A recente criação de organismos especificamente voltados à juventude no âmbito do governo federal eram aguardadas desde o início da administração Lula e podem significar um grande avanço para a elaboração das políticas públicas que envolvem os jovens. A instalação da Secretaria e do Conselho nacionais de juventude responde à necessidade de articulação dos programas federais já existentes, identificada pelo Grupo de Trabalho Interministerial, mas também é fruto da mobilização juvenil que há anos reivindica a institucionalização de um órgão voltado à juventude. Os desafios que vêm pela frente não são poucos. Para cumprir as tarefas de propor, avaliar e integrar os diversos programas voltados à juventude, a SNJ terá primeiro que se firmar como ator político e ter sua legitimidade reconhecida pelos outros ministérios. A criação do Projovem, por sua vez, demonstra que o governo pretende priorizar, pelo menos nesse momento, a elevação de escolaridade e a profissionalização de jovens com ensino fundamental incompleto e fora do mercado de trabalho. No entanto, espera-se que uma política nacional integral e universal consiga olhar para as necessidades das diversas parcelas da juventude brasileira, como, entre outros, os jovens do campo, das pequenas e médias cidades e aqueles que terminam o ensino médio e não conseguem ter acesso ao ensino superior nem ao emprego. Nesse sentido, um Conselho Nacional de Juventude representativo e plural pode ser o espaço de manifestação dessa diversidade. O prazo de 60 dias para a sua constituição limita o debate a respeito de seu caráter e critérios de composição, temas que ainda não são consenso entre as organizações e movimentos juvenis. Por esse motivo é importante garantir a possibilidade de redefinir suas características no futuro próximo. **II**

Governo paulista lança supletivo para ensino médio aos finais de semana

A Fundação para o Desenvolvimento da Educação, órgão vinculado à Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, lançou uma nova modalidade de suplência de ensino médio em 300 escolas da rede estadual. A Escola da Juventude – apelidada pela imprensa de “supersupletivo” – oferece aulas aos sábados e domingos e insere-se no Programa Escola da Família, que abre os espaços escolares à comunidade nos finais de semana. O curso tem duração de 18 meses e é voltado a pessoas entre 18 e 29 anos que estão fora da escola. A expectativa é atender 300 mil alunos durante a fase piloto. Outra característica do projeto é a forte ênfase dada ao uso das novas tecnologias. As aulas são dadas por bolsistas universitários do Programa Escola da Família. Além do ensino regular noturno, a rede estadual possui Telessalas, cursos supletivos de ensino médio e fundamental com atendimento individualizado e presença flexível. Dagmar Zibas, pesquisadora da Fundação

Carlos Chagas, destaca a precariedade do ensino noturno. “As instalações escolares, sempre insuficientes para o diurno, não estão muitas vezes disponíveis para os alunos do noturno. É o caso de bibliotecas, quadras de esporte escuras, computadores, além da presença inconstante do grupo gestor à noite. Esses alunos também não recebem livros didáticos. Diante desse quadro, ela questiona a pertinência de inaugurar uma nova modalidade de ensino médio. “Por acaso, o ensino médio regular noturno não é também voltado para a juventude? Se os mais de 900 mil alunos do ensino médio noturno no Estado de São Paulo estão recebendo uma educação precária, o que significa esse investimento na nova Escola da Juventude?” Ela acredita que a Secretaria Estadual de Educação precisaria explicar o motivo de incentivar jovens, a partir de 18 anos, a abreviar sua formação por meio de cursos alternativos sem o mesmo valor social dos regulares. **II**

Secad torna público avaliação do Recomeço

Os integrantes da Comissão Nacional de Alfabetização tomaram conhecimento em fevereiro deste ano dos resultados da avaliação do Programa Recomeço (hoje denominado Fazendo Escola) concluída em dezembro de 2002. A avaliação, realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP e, até então inédita, colheu opiniões de 1.561 pessoas de 14 Estados e 61 municípios, entre coordenadores, dirigentes das escolas, alunos e representantes dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundef. A maioria dos alunos mostrou-se satisfeita com o curso (89%), mas a metade deles (53,3%) avalia que a escola possui poucos recursos para investir na educação de jovens e adultos. Essa visão é compartilhada pelos diretores: apenas 19,4% deles consideraram suficiente a verba disponibilizada para o Programa e para 81,5% as escolas deveriam ter mais autonomia na aplicação dos recursos. Entre as sugestões apontadas pelas

equipes coordenadoras, estão: ampliação da equipe para acompanhamento das escolas, treinamento e capacitação dos gestores e aumento das ações de capacitação. Os conselheiros do Fundef demandaram mais orientações quanto às suas competências e melhores condições para a verificação da prestação de contas. As principais sugestões dos alunos referem-se à melhoria das instalações físicas, inclusão de novas disciplinas no currículo e incremento à qualificação dos professores. A pesquisa também apontou que prefeituras e governos estaduais investem poucos recursos no Recomeço, correspondendo a 2,5% do total. Segundo o relatório “apenas 2 estados e 14 municípios aportaram recursos próprios para a educação de jovens e adultos, o que sugere uma inversão da filosofia com que o Recomeço foi concebido, de ser um recurso complementar ao dos estados e municípios”. **II**



Pesquisa vai elaborar indicadores de boas práticas de alfabetização de adultos

ActionAid Internacional e Campanha Global de Educação lideram um grupo de 10 especialistas para a realização de uma pesquisa mundial que determinará indicadores de boas práticas e gastos de programas de alfabetização de adultos.

O projeto, que conta com recursos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, busca influenciar as iniciativas

de governos, financiadores e agências. Os dados referentes a cerca de 40 experiências da América Latina, África e Ásia já foram recolhidos e começaram a ser analisados pela coordenação da pesquisa, que se reuniu em fevereiro deste ano, em Londres, Inglaterra.

Vera Masagão Ribeiro, coordenadora de programas da Ação Educativa, representa a América Latina no grupo.

Até o final de março, serão coletados mais casos. Os interessados podem solicitar o arquivo eletrônico do questionário (disponível em inglês, francês e espanhol) a Vera Masagão Ribeiro, através do e-mail: vera@acaoeducativa.org. Os resultados da pesquisa serão socializados com todos os participantes e integrarão o Informe Global sobre a Iniciativa de Educação Para Todos de 2006, que tem como foco a alfabetização. 11

Teses em Defesa

Eula Regina Lima Nascimento (eula@ufpa.br) apresentou à Universidade Federal da Paraíba a dissertação de Mestrado *Avaliação de aprendizagem na alfabetização de jovens e adultos: o caso do Programa Escola do Rádio na Paraíba*. Sob a orientação de Timothy Ireland, a pesquisadora buscou conhecer, através de entrevistas com alunos, professores e outros sujeitos do programa e da análise de documentos, a relação teórico-prática da avaliação da aprendizagem, no contexto

específico de um programa destinado a alfabetizar, à distância, num período de cinco meses, oitenta mil jovens e adultos paraibanos.

Práticas e eventos de letramento de jovens e adultos: um estudo com porteiros em Maceió é o título da dissertação de Mestrado de Ana Carolina Faria Coutinho (carolfariacoutinho@hotmail.com), orientada por Maria Auxiliadora Cavalcanti e apresentada à Universidade Federal de Alagoas.

Analisou-se o letramento de trabalhadores de portarias de prédios residenciais de Maceió. Os entrevistados possuem baixo nível de escolarização e estão inseridos no nível 2 de letramento, segundo critérios do Indicador Nacional de Analfabetismo. Ou seja, não possuem habilidades suficientes para ler e escrever com domínio, mas conseguem se adaptar e desenvolver normalmente seu trabalho, criando estratégias de interação com as atividades escritas.

Agenda de Fóruns

▪ O contato do **Fórum Regional do Nordeste Paulista** foi divulgado erradamente na última edição do Informação em Rede. O correto é: smussalim@directnet.com.br, (16) 603-9943 ou 9167-7896.

▪ O Fórum de **Rondônia** realiza reuniões toda 1ª quarta-feira do mês, na unidade Centro do Sesc de Porto Velho. No dia 2 de março, as instituições participantes apresentaram suas iniciativas de alfabetização. Contato: dsouza@ro.sesc.com.br e (69) 229-6006, ramal 218.

▪ No dia 18 de março, o Fórum do **Mato Grosso** reúne-se na sede do Conselho Estadual de Educação.

Em pauta, a programação de reunião ampliada com movimentos sociais que participam de programas de educação de jovens e adultos, prevista para o dia 11 de abril. Contato: fpdeja.mt@yahoo.com.br ou (65) 322-7533.

▪ O Fórum do **Ceará** participa no dia 23 de março da Feira de Alfabetização organizada pela Secretaria de Educação do Estado em homenagem aos dois anos do projeto Alfabetização é Cidadania. O evento acontece no Centro de Convenções de Fortaleza e espera-se a presença do ministro da educação Tarso Genro. Contato: (85) 3452-9094, 9981-7451 ou sampa.ce@uol.com.br.

▪ O Fórum da **Paraíba** prepara para os dias 7 e 8 de abril o I Seminário de Educação de Jovens e Adultos, no Espaço Cultural Teatro Paulo Pontes, em João Pessoa. O tema será: Avaliando a educação de jovens e adultos do Estado da Paraíba: desafios e perspectivas. Contato: forumejapb@ig.com.br ou fone (83) 216-7156.

▪ O Fórum do **Espirito Santo** reúne-se no dia 8 de abril, no auditório do Centro de Educação da UFES, a partir das 14h. Até o fechamento da edição, a coordenação ainda não havia definido o tema do encontro. Contato: nejaufes@zipmail.com.br ou fone (27) 3335-7764, de segunda a quinta, das 14h às 17h.



Fórum nacional articula diferentes entidades e movimentos juvenis

Reunir num espaço plural e autônomo as diversas juventudes brasileiras e articular suas lutas e bandeiras. Esses são os principais objetivos e desafios do recém-criado Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis, que já conta com a adesão de entidades e militantes dos movimentos estudantil e secundarista, juventudes partidárias, movimento hip hop, setores juvenis de movimentos sociais e organizações não governamentais que discutem as questões da juventude. O Fórum pretende ser um espaço permanente de troca e reflexão sobre os desejos, propostas e experiências

juvenis. Em manifesto lançado durante a Conferência Nacional de Juventude, realizada em Brasília em junho de 2004, as entidades defendem a necessidade da criação de um movimento nacional "capaz de ser reconhecido como ator político". Os jovens vêem a necessidade de uma articulação forte e representativa das suas diversas formas de organização e movimentos, inclusive para não se sentirem atropelados pela agenda definida pelo governo federal. Em busca de novas adesões, o Fórum organizou uma oficina durante o V Fórum Social Mundial, em janeiro de

2005, reunindo cerca de 220 jovens. Outros grupos interessados em participar desse espaço ainda podem aderir à proposta. O próximo encontro nacional deve ocorrer em março. Até lá, uma comissão formada por 15 pessoas está encarregada de organizar e fortalecer o Fórum como espaço de união dos grupos.

Contato: Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis
grupo de discussão virtual:
construindoteias@grupos.com.br
fones: (81) 3223-8356 (Redes e Juventude); (11) 3151-2333 ramais 141 e 117 (Ação Educativa).

Leia

- Acaba de ser lançado o livro *Diálogos com o mundo juvenil – subsídios para educadores*, de Ana Paula Corti e Raquel Souza, (editado com o apoio da Fundação Ford.) O livro, que busca contribuir com subsídios didáticos para a aproximação entre a escola, os educadores e os jovens, foi elaborado a partir das experiências da Ação Educativa entre 1999 e 2003, no âmbito do projeto Cultura Juvenis, desenvolvido em parceria com escolas públicas e grupos juvenis da região metropolitana de São Paulo. Pedidos: anapaula@acaoeducativa.org ou (11) 3151-2333 ramal 153.
- Instituto Popular Porto Alegre e a organização não governamental Diálogo – Pesquisa e Assessoria em Educação Popular lançaram em conjunto com a Ísis Editora a obra *Pesquisa participante e Educação Popular: da intenção ao gesto*, de Marco Mello. O livro apresenta a pesquisa como fonte curricular para a construção social do conhecimento e busca recuperar lutas, interesses e problemas que afetam comunidades e educandos, tornando-os pontos de partida para o conhecimento. Pedidos podem ser feitos pelo fone: (51) 684-2970 ou pelo e-mail editorais@bol.com.br.
- O livro *Alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva de letramento* (Autêntica Editora), organizado por Eliana Borges Correia de Albuquerque e Telma Ferraz Leal, reúne reflexões realizadas nos encontros de formação continuada dos educadores que participaram do programa Brasil Alfabetizado na cidade do Recife. A publicação contém as concepções que guiaram os trabalhos, exemplificadas com situações de sala de aula e depoimentos de alfabetizandos. Pedidos pelo e-mail: autentica@autenticaeditora.com.br ou pelo fone 0800-283-1322.

Anote

- Em março, os seminários de educação do campo, organizados pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC e secretarias estaduais de educação, acontecem no Rio Grande do Norte (9 a 11), Goiás (22 a 24) e Sergipe (29 a 31).
- Em abril é a vez de Paraná (7 a 9) e Pará (13 a 15). Informações: (61) 2104-6285.
- A Undime realiza de 27 a 29 de abril, em Brasília, seu 10º Fórum

Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. O tema escolhido é Educação para a Inclusão Social. Informações: www.undime.org.br.

- Termina em 31 de maio o prazo para as inscrições no V Colóquio Internacional Paulo Freire, organizado pelo Centro Paulo Freire, entre 19 e 22 de setembro, em Recife. A temática escolhida foi: Paulo Freire: desafios à sociedade multicultural. Informações: vcoloquiopaulofreire@paulofreire.org.br ou (81) 2126-8320/8322.

Boletim mensal sobre educação de jovens e adultos da Ação Educativa.

Apoio:	ICCO (Holanda) EED (Alemanha)
Edição de texto:	Marina Gonzalez Maria Virginia de Freitas Ana Lúcia Souza
Projeto gráfico:	S,M&A Design
Tiragem:	4.200 exemplares

ação
educativa
10 ANOS

Rua General Jardim, 660
01223-010 Vila Buarque
São Paulo SP Brasil
T e F: 11 3151 2333
infoede@acaoeducativa.org
www.acaoeducativa.org